

Educação popular em primeiros socorros: uma experiência de estágio de Enfermagem em ambiente escolar

Anna Victória de Freitas Teixeira¹, Astrogildo Fernandes da Silva Júnior²

Resumo

O presente artigo buscou descrever uma ação educativa em saúde com o tema “Educação em Primeiros Socorros”, desenvolvida em uma escola pública da rede estadual de Uberlândia, em Minas Gerais. A atividade foi realizada por acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia durante o estágio supervisionado do curso, fundamentando-se nos princípios da Educação Popular em Saúde. O objetivo foi promover o aprendizado participativo sobre condutas diante de situações de urgência, como convulsões, engasgos, ferimentos e paradas cardiorrespiratórias. A metodologia consistiu em uma oficina prática, estruturada em quatro estações temáticas, conduzidas de forma dialógica e participativa, possibilitando aos estudantes vivenciar as técnicas básicas de atendimento imediato. Os resultados demonstraram grande envolvimento dos estudantes da Educação Básica que participaram da ação educativa, além do fortalecimento do papel educativo da enfermagem. Por meio da ludicidade e da interação, foi possível desmistificar o medo de agir em situações de emergência. Concluiu-se que o ambiente escolar consiste em um espaço privilegiado para práticas de educação em saúde pautadas no diálogo e na valorização dos saberes populares, reforçando a importância da articulação entre universidade e comunidade na formação cidadã e preventiva.

Palavras-chave

Promoção da saúde. Emergências. Prevenção de acidentes. Reanimação cardiopulmonar.

¹ Graduanda em Enfermagem na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: annavictoria@ufu.br.

² Doutorem Educação pela Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; professor na mesma instituição. E-mail: silvajunior_af@ufu.br.

Popular education in first aid: a nursing internship experience in a school setting

Anna Victória de Freitas Teixeira¹, Astrogildo Fernandes da Silva Júnior²

Abstract

This article sought to describe a health education initiative entitled “First Aid Education”, carried out at a public state school in Uberlândia, Minas Gerais, Brazil. The activity was conducted by undergraduate nursing students from the Federal University of Uberlândia during their supervised internship and was grounded in the principles of Popular Health Education. Its objective was to promote participatory learning on appropriate responses to emergency situations, including seizures, choking, wounds, and cardiac arrest. The methodology consisted of a practical workshop organized into four thematic stations and conducted through a dialogical and participatory approach, enabling students to experience basic first-aid techniques. The results demonstrated a high level of engagement among the basic education students who participated in the educational activity, as well as the strengthening of nursing’s educational role. Through playful activities and interaction, the initiative helped demystify the fear of acting in emergency situations. The study concluded that the school setting constitutes a privileged space for health education practices grounded in dialogue and the appreciation of popular knowledge, reinforcing the importance of collaboration between universities and communities in fostering citizenship education and preventive health practices.

Keywords

Health promotion. Emergencies. Accident prevention. Cardiopulmonary resuscitation.

¹ Undergraduate in Nursing, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil. Email: annavictoria@ufu.br.

² PhD in Education, Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; professor at the same institution. Email: silvajunior_af@ufu.br.

Introdução

A educação em saúde, historicamente, foi estruturada de forma verticalizada, centrada na mera transmissão de normas higienistas e de comportamentos ideais, muitas vezes desvinculada da realidade dos sujeitos (Gomes; Merhy, 2011). Em contraposição a esse modelo hegemônico e depositário, a Educação Popular em Saúde (EPS), alicerçada na filosofia de Paulo Freire, propõe um processo emancipatório baseado na horizontalidade, na escuta e no diálogo (Alvim; Ferreira, 2007). Para a pedagogia freireana, o ato educativo exige a transitividade da consciência ingênua para a crítica por meio da práxis, ou seja, a ação e reflexão contínuas sobre o mundo com o intuito de transformá-lo (Freire, 1987).

Nesse sentido, a EPS tem como ponto de partida a realidade concreta e o saber prévio da comunidade, reconhecendo que o aprendizado significativo emerge da problematização do cotidiano (Amaral; Pontes; Silva, 2014). No contexto das atividades escolares, essa abordagem é importante por contribuir para que a escola se torne um território de cidadania; a educação em saúde deixa de ser uma imposição técnica para se consolidar como um espaço de cuidado mútuo e de formação de sujeitos críticos, autônomos e corresponsáveis pelas necessidades de seu território (Cruz *et al.*, 2024).

Nesse cenário de intensa convivência humana e diversidade de interações socioculturais, a escola revela-se como um ambiente suscetível a diversas ocorrências imprevisíveis. Situações de urgência, como quedas, crises convulsivas, traumas e engasgos, são inerentes à dinâmica e à vitalidade diária de crianças e adolescentes. A ausência de preparo da comunidade escolar para agir de forma rápida e segura diante desses eventos pode agravar quadros que seriam facilmente contornáveis com intervenções imediatas e básicas, evidenciando o porquê do tema de primeiros socorros ser uma demanda crítica e constante nas escolas.

Ao trabalhar os primeiros socorros sob a ótica da educação popular, desmistifica-se o medo do desconhecido e instrumentaliza-se estudantes³ e educadores não apenas com técnicas mecânicas, mas com uma postura solidária e preventiva de preservação da vida. Compreender esse panorama de vulnerabilidades do cotidiano escolar constitui passo fundamental que justifica o imperativo ético e legal de preparar a comunidade para o atendimento de emergências, culminando

³ Neste artigo, a palavra “estudante” refere-se exclusivamente aos alunos da educação básica que participaram da ação educativa.

na criação de normativas como a Lei n.º 13.722/2018 (Lei Lucas): “A legislação torna obrigatória a capacitação (e reciclagem) em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários que atuam em estabelecimentos de ensino públicos ou privados de educação básica e em locais de recreação infantil” (Brasil, 2018, n.p.).

Embora a referida legislação represente um marco indispensável para a segurança e a proteção no ambiente escolar, é preciso analisar criticamente os limites de sua aplicação quando restrita aos conceitos de “capacitação” e “reciclagem”. Tais termos, frequentemente, remetem a uma prática educativa de caráter tecnicista e pontual, alinhada a um modelo depositário de ensino, no qual o conhecimento é apenas transferido aos indivíduos de forma vertical e mecânica. Concordamos com Alvim e Ferreira (2007) ao defenderem que, para a intervenção atingir seu verdadeiro potencial e não se tornar apenas o cumprimento burocrático de um protocolo, é importante transcender essa instrução técnica, enfatizando os princípios freireanos que estruturam a EPS.

Sob essa ótica, o foco desloca-se do mero treinamento de reflexos para assumir um papel formativo e emancipador. O preparo para atuar em situações de urgência passa a ser construído por meio da práxis, que, segundo Freire (1987), significa a união entre a ação e a reflexão coletiva, promovendo não apenas a execução correta de uma manobra, mas a desmistificação do medo e a apropriação consciente do saber. Assim, o espaço escolar reafirma-se como um ambiente de formação cidadã, transformando a comunidade em sujeitos ativos, solidários e engajados na cultura contínua do cuidado e da prevenção.

Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo relatar uma experiência de uma ação educativa sobre primeiros socorros, desenvolvida por acadêmicos de Enfermagem da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em uma escola pública da rede estadual, na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais (MG). A proposta foi inspirada na EPS, fundamentada nos princípios da pedagogia freireana, que valoriza o diálogo, a escuta e o respeito aos saberes populares. De acordo com Freire (1996, p. 36), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção”.

Para apresentar essa experiência, o manuscrito estrutura-se da seguinte forma: inicialmente, detalhou-se, na seção “Metodologia”, as etapas da intervenção (diagnóstico, planejamento e execução). Na sequência, na seção de “Resultados e Discussão”, analisou-se o envolvimento dos participantes, a importância da abordagem e os desafios encontrados. Por fim, na “Conclusão”,

sintetizou-se a relevância da prática educativa e suas implicações para a formação em Enfermagem e para a comunidade escolar. Por meio dessa organização, cumprimos o objetivo de promover o aprendizado participativo sobre condutas diante de situações de urgência, como convulsões, engasgos, ferimentos e paradas cardiorrespiratórias.

Metodologia

Este estudo caracteriza-se como um relato de experiência fundamentado nos preceitos da EPS e nas perspectivas decoloniais e afrodiaspóricas. O trabalho foi desenvolvido durante as atividades do componente curricular “Estágio Supervisionado de Práticas Educativas II” do curso de Enfermagem da UFU, ao longo do primeiro semestre de 2026. A metodologia dividiu-se em momentos de fundamentação teórica na universidade e de imersão na escola-campo.

Antes da inserção na comunidade escolar, o processo formativo estruturou-se no ambiente acadêmico. A disciplina possui carga horária de 120 horas, distribuídas em aulas presenciais, preparação e apresentação de seminários, bem como planejamento de projetos em saúde, observação escolar, condução de atividades e elaboração de um artigo final. O objetivo geral foi debater o aperfeiçoamento didático-pedagógico dos discentes, voltado para a formação no planejamento de práticas na educação básica. A abordagem metodológica incluiu a problematização das marcas da colonialidade, do racismo e da exclusão estrutural na área da saúde. As aulas envolveram o diálogo, o resgate de memórias e os debates sobre a invenção do conceito de raça e a desumanização no contexto escolar. Além disso, houve a leitura do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e a análise de dinâmicas institucionais para identificar estruturas de poder. O cronograma previu o retorno à universidade após as ações na escola para a socialização da experiência e o alinhamento entre teoria e prática na produção acadêmica.

A partir da fundamentação construída, iniciou-se a etapa de campo. A Escola Estadual Segismundo Pereira, em Uberlândia/MG, foi escolhida por apresentar um PPP voltado à educação para a cidadania e à centralidade do estudante no processo de ensino. O público abrangeu cinco turmas de ensino médio do turno matutino, na faixa etária de 15 a 17 anos. A atividade foi previamente autorizada pela direção da instituição, por tratar-se de atividades de estágio curricular focado em educação em saúde. Ao longo do segundo semestre de 2026, foi realizada a observação e o desenvolvimento da oficina.

No que tange aos procedimentos éticos, por referir-se a um relato de experiência oriundo de atividades de estágio curricular supervisionado, focado em educação em saúde, a atividade realizada foi previamente autorizada pela direção da escola. Assim, foi assinado um termo de compromisso envolvendo a universidade, a escola-campo de estágio, a gestão da escola, os professores e os estagiários. Todo o processo educativo foi estruturado em três etapas centrais, refletindo a práxis (ação-reflexão-ação) defendida por Freire (1987).

A primeira etapa, o diagnóstico situacional, foi realizada entre fevereiro e o início de março de 2026. Essa fase materializou o princípio da EPS de partir da realidade. Em vez de impor um tema pré-definido, as estagiárias realizaram visitas à escola para a observação da rotina e, exercitando o saber ouvir, dialogaram com os estudantes e professores. Nesse espaço dialógico, identificaram-se as necessidades da comunidade e decidiu-se coletivamente que o tema central seria “primeiros socorros”.

Seguiu-se o planejamento participativo, conduzido entre a segunda quinzena de março e o início de abril de 2026. Nessa fase, as graduandas elaboraram o conteúdo e as estratégias da ação a partir dos debates realizados no processo formativo da universidade, que pautou a necessidade de metodologias que mobilizassem os estudantes, a superação de visões elitistas na ciência e a valorização da saúde emocional e da problematização freireana. De forma significativa, essa etapa incluiu a leitura e a interpretação do PPP da instituição.

Ao analisar o documento, as acadêmicas compreenderam o perfil dos estudantes, inseridos em um contexto de Índice Socioeconômico (ISE) médio, mas que demandam abordagens mais atrativas frente ao uso intenso de tecnologias e ao distanciamento familiar, e garantiram que o plano de ação convergisse com a cultura organizacional da escola. Essa atitude garantiu uma construção compartilhada que fomentou a autonomia dos estudantes.

A terceira etapa consistiu na execução da oficina, realizada na segunda quinzena de abril de 2026, com duração de duas horas-aula. A metodologia foi desenhada para maximizar a participação, organizando os estudantes em quatro estações temáticas: manejo de convulsões, manejo de engasgos (manobra de Heimlich), manejo de ferimentos e queimaduras, e Reanimação Cardiopulmonar (RCP).

Cada estação combinou um momento expositivo, ancorado no diálogo construtivo, e um segundo momento prático, no qual os estudantes puderam intervir simulando emergências em bonecos. Essa estrutura uniu teoria e prática, transformando os estudantes em sujeitos ativos,

promovendo o empoderamento e estimulando o protagonismo juvenil — premissa fortemente defendida no PPP da escola.

Resultados e Discussão

O estudo apoia-se em etapas de método que articulam a teoria e a vivência. O momento de formação na universidade estruturou-se por meio de um diálogo entre os estudantes e o professor, uma etapa que, segundo Alvim e Ferreira (2007), é fundamental para inserir a enfermagem em um processo emancipatório baseado na escuta e na horizontalidade. Conforme propõe Freire (1979), o diálogo configura-se como uma relação de horizontalidade que nasce de uma matriz de crítica e gera níveis de criticidade. Essa postura dialogal converge com as reflexões de Cruz *et al.* (2024), que defendem a EPS como um espaço de cuidado mútuo essencial para a formação de sujeitos autônomos e para a reconstrução crítica da sociedade.

Nesse ambiente, a realidade da escola foi problematizada e compreendida como um espaço de construção de identidades, no qual os sujeitos interagem e se transformam. Essa dinâmica é fortalecida pelas ideias de Candau (2008), que ressalta que o reconhecimento das diferentes culturas no ambiente escolar exige uma relação de aprendizagem pautada na legitimidade e na simetria. O docente, portanto, assumiu o papel de mediador do processo de ensino-aprendizagem, atuando em uma situação na qual educador e educando constroem o conhecimento em conjunto. Essa mediação supera o modelo hegemônico criticado por Gomes e Merhy (2011), distanciando-se da antiga educação em saúde centrada na mera transmissão verticalizada de normas higienistas desvinculadas da realidade dos sujeitos.

O ser humano, por ser de natureza de inacabamento, sabe-se em inconclusão e, por isso, educa-se (Freire, 1979). Essa compreensão gera um distanciamento de práticas de transferência de informações e de depósitos de conteúdos. Ao invés disso, toma-se como ponto de partida a realidade concreta, reconhecendo, como apontam Amaral, Pontes e Silva (2014), que o aprendizado se torna verdadeiramente significativo somente quando emerge da problematização do cotidiano vivido pela comunidade escolar.

Outro espaço de formação consistiu em observar e vivenciar o cotidiano escolar. Nesse sentido, dialogar com estudantes e professores, refletir sobre o potencial da infraestrutura da escola e realizar o estudo do PPP permitiram compreender a estrutura da instituição. A observação,

portanto, configurou-se como um processo de troca de aprendizagem, no qual o distanciamento reflexivo da realidade observada possibilitou a apreensão do contexto. Além disso, a inserção na realidade do outro garantiu o respeito aos saberes de experiência da comunidade. Sobre isso, Candau (2008) ressalta que o reconhecimento de culturas exige um processo de relação e de aprendizagem pautado na legitimidade e na simetria. Em consonância, Freire (1992) destaca que o respeito e o diálogo com diferentes saberes e sujeitos implicam considerar o contexto cultural, ou seja, o ponto de partida para o conhecimento que os educandos criam do mundo.

Nesse horizonte, a integração entre os encontros acadêmicos, a vivência na escola-campo e os diálogos estabelecidos com estudantes e a professora supervisora revelaram-se fundamentais para a estruturação da prática. Essa articulação permitiu que a oficina fosse construída de forma coletiva, envolvendo ativamente estagiárias, docentes e estudantes. Ao planejar as atividades, buscou-se superar a concepção tradicional de extensão, pois, segundo Freire (1983), essa abordagem tende a transmitir uma ideia de invasão e transferência de saberes, tratando o sujeito como um mero recipiente. Em contrapartida, a intervenção foi delineada a partir de uma interação dialógica, na qual as técnicas de saúde foram debatidas sob a ótica da realidade local. Esse planejamento conjunto promoveu um aprendizado pautado na reciprocidade, essencial para a formação da enfermeira-professora, que se reconhece como sujeito de uma práxis na qual ação e reflexão se unem para intervir no mundo. Afinal, como ressalta Freire (1983), o conhecimento exige a curiosidade do sujeito diante do mundo e requer sua ação transformadora sobre a realidade.

A execução da oficina obteve um retorno expressivo, evidenciado pelo envolvimento ativo dos estudantes nas práticas propostas. Ao superar o modelo depositário e verticalizado, frequentemente criticado por Gomes e Merhy (2011), a intervenção permitiu que os discentes atuassem como sujeitos de sua própria cognição. Desse modo, houve uma real apropriação do conhecimento à medida que as técnicas de primeiros socorros foram articuladas às vulnerabilidades e vivências cotidianas dos jovens, materializando a aprendizagem significativa defendida por Amaral, Pontes e Silva (2014).

Nesse sentido, a experiência reafirmou que o ato de conhecer não é um processo passivo de transferência de conteúdos (Freire, 1983), mas uma prática de comunhão que se distancia da domesticação de massas. Ao construir a educação em saúde de forma dialógica, a escola consolidou-se como um território de cidadania, no qual a emancipação dos sujeitos fomenta o cuidado mútuo e a corresponsabilidade (Cruz *et al.*, 2024). Essa integração entre conhecimento

científico e saber popular atendeu à proposta da disciplina de instigar a autonomia e promover transformações no ensino em Enfermagem, viabilizando o aprendizado participativo sobre condutas em situações de urgência, como convulsões, engasgos, ferimentos e paradas cardiorrespiratórias, por meio de um diálogo horizontal que mobilizou os estudantes a atribuírem significados práticos às manobras de atendimento imediato.

A relevância da abordagem adotada encontra respaldo na literatura contemporânea, que reafirma a EPS como estratégia essencial para a democratização do cuidado (Cruz *et al.*, 2024). Ao articular saberes científicos e populares, a EPS rompe com a transmissão verticalizada de informações, permitindo que a comunidade se aproprie de temas críticos de forma significativa, respeitando os contextos e a cultura de cada território (Brito *et al.*, 2024). Consequentemente, essa prática educativa, ao pautar-se na horizontalidade e no reconhecimento das vivências cotidianas, transforma o ambiente escolar em um espaço de emancipação, no qual o reconhecimento do saber local e o uso social do território tornam-se fundamentais para o exercício pleno da cidadania e da corresponsabilidade na produção da saúde (Rovani *et al.*, 2025).

Conclui-se, portanto, que a atividade transcende a mera transmissão de instruções técnicas. Ao valorizar os saberes dos participantes, a prática consolida-se como um espaço legítimo de produção de saúde e cidadania, cujos impactos na formação dos envolvidos e no cotidiano escolar são sintetizados na próxima seção, a “Conclusão”.

Conclusão

A análise do trabalho indica que os objetivos foram plenamente alcançados, uma vez que a metodologia da EPS, adotada desde o diagnóstico, partiu da escuta da comunidade escolar para a definição do tema, rompendo com imposições acadêmicas e com o modelo de instrução linear. A execução em estações práticas permitiu uma aprendizagem alicerçada no diálogo e na valorização do saber popular, estimulando o protagonismo dos estudantes e a capacidade de ação em situações de emergência.

No que se refere às facilidades encontradas para o desenvolvimento da pesquisa, destaca-se a receptividade da gestão escolar e o alinhamento da intervenção com o projeto da instituição, fatores que propiciaram um ambiente acolhedor e aberto para a prática. Como pontos positivos da ação, observou-se o intenso envolvimento dos jovens, que não apenas assimilaram as orientações,

mas intervieram ativamente nas simulações de primeiros socorros. Em contrapartida, a principal dificuldade e ponto negativo da intervenção foi a restrição de tempo para a execução de todas as atividades propostas. O tempo reduzido demandou adaptações ágeis por parte das estagiárias para garantir que os momentos de escuta e diálogo não fossem prejudicados pela necessidade de concluir o rodízio das estações.

A intervenção reafirma o papel da enfermagem como profissão de compromisso educativo e social. Ao atuarem como facilitadoras, em vez de transmissoras passivas de conteúdo, as acadêmicas desenvolveram a consciência crítica sobre o próprio processo de trabalho, reconhecendo a dimensão de pedagogia inerente à atuação do enfermeiro. O ambiente escolar comprovou ser um espaço propício para a educação em saúde, colaborando para o desenvolvimento de competências que ultrapassam a técnica e alcançam a responsabilidade cidadã e o cuidado mútuo na prevenção de agravos.

A partir dessa vivência, apresentam-se sugestões para a prática e para as políticas de ensino. Recomenda-se a ampliação e a manutenção de ações contínuas que articulem universidade, escola e comunidade, visando a superar a lógica de intervenções de saúde pontuais no ambiente escolar. Sugere-se, ainda, que as disciplinas de “Estágio Curricular Supervisionado”, em geral, preservem o enfoque em metodologias de emancipação e problematização, de modo a aproximar os estudantes universitários dos diversos contextos de sociedade e de cultura, potencializando o processo de ensino-aprendizagem e forjando profissionais aptos a promover a transformação social.

Referências

ALVIM, N. A. T.; FERREIRA, M. A. Perspectiva problematizadora da Educação Popular em Saúde e a Enfermagem. **Texto & Contexto – Enfermagem**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 315-319, abr./jun. 2007. DOI 10.1590/S0104-07072007000200015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/WhKfFzs9RjcvftfXCxqdtTQ/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

AMARAL, M. C. S.; PONTES, A. G. V.; SILVA, J. V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de Enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, [Botucatu], v. 18, supl. 2, p. 1547-1558, 2014. DOI 10.1590/1807-57622013.0441. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/fKscDdzzLn9BK7JQgYB8GHh/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018.** Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 24 out. 2025.

BRITO, P. N. A. *et al.* O que se tem discutido sobre Educação Popular em Saúde nos últimos anos: uma revisão narrativa da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, [Rio de Janeiro], v. 29, n. 6, p. e12542023, 2024. DOI 10.1590/1413-81232024296.12542023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3WCqFwJdHWfp9hh3gJmBcGp/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2026.

CANDAU, V. M. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**, [Rio de Janeiro], v. 13, n. 37, p. 45-56, jan./abr. 2008. DOI 10.1590/S1413-24782008000100005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/5szsvwMvGSVPkGnWc67BjtC/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

CRUZ, P. J. S. C. *et al.* Educação Popular em Saúde: princípios, desafios e perspectivas na reconstrução crítica do país. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 28, p. e230550, 2024. DOI 10.1590/interface.230550. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VKTJmjvH6nMtxx6KZHBkdRp/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GOMES, L. B.; MERHY, E. E. Compreendendo a Educação Popular em Saúde: um estudo na literatura brasileira. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 7-18, jan. 2011. DOI 10.1590/S0102-311X2011000100002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/wcTZ5tX8K43XdxzxVgGKfkp/?lang=pt>. Acesso em: 24 maio 2026.

ROVANI, S. S. *et al.* Saberes e territórios: interfaces entre Educação Popular em Saúde e o uso social do espaço nas práticas do SUS. **Aracê**, São José dos Pinhais, v. 7, n. 8, p. 1-9, 2025. DOI 10.56238/arev7n8-219. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7525>. Acesso em: 13 jul. 2026.

Submetido em 16 de março de 2026.
Aprovado em 20 de junho de 2026.